

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEEAV	Renato Cesar Lopes Gomes (S)
APTA Polo Sul	Vera Lúcia P. Salazar (T)
	José Roberto Ferreira (S)
APTA/SAA	Adriana S. Marcantonio (T)
ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (T)
	Deborah Camargo Carreira (S)
BRK Ambiental Limeira	Josiane Ferreira Gonçalves (S)
BRK Ambiental Rio Claro	Miriene Fraga Cotta (T)
BRK Ambiental Santa Gertrudes	Miriene Fraga Cotta (T)
BRK Ambiental Sumaré	Lorena Cristina de Lima Santos (S)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T)
	Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
CDRS	Ricardo Stipp Paterniani (S)
Consórcio PCJ	Andréa Borges (T)
	Murilo Ferreira de Sant'Anna (S)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T)
	Roberto Mario Polga (S)
DAAE – Rio Claro	Erismaldo Lima de Souza (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroy de Campos (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Felipe Augusto Gasparotto (T)
Diretoria de Ensino Campinas Oeste	Juvenal Alves Pereira (S)
	Luciana Andréa Nunes de Magalhães (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
	Cláudia Debroy de Campos (S)
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini (T)
IPSA-C	Amarildo dos Santos (T)
	Dejanira de Franceschi de Angelis (S)
Jaguatibaia	José Cláudio Höfling (T)
	Ana Cláudia Oliveira de Souza (S)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
	Paulo José Mancuso (T)
P.M. de Hortolândia	Alynne Danielle Pereira Nececkaite Sant'Anna (S)
P.M. de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite (S)
P.M. de Limeira	Loide de Oliveira Batista (S)
P.M. de Louveira	Flávia Izaura Camargo Pinto (T)
	Victor Marinheiro (S)
P.M. de Piracaia	Beatriz Arruda Rolfsen (T)
P.M. de Piracicaba	Elizabeth da Silveira Salles (T)
	Lafis Ferraz de Camargo (S)

P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (T)
P.M. de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini (T)
Rotary Rio Claro Cid Azul	Dejanira de Franceschi de Angelis (T)
SAA	Ricardo Stipp Paterniani (S)
SANASA	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (S)
	Deborah Camargo Carreira (S)
SANEBAVI	Mariana Carolina Rossi de Andrade (S)
	Luiz Ricardo de Oliveira (S)
Sec. de Educação de Itupeva	André Mariano Martins Castro (T)
SEME/Salto	Samar Calvacante Maranhão (T)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (T)

Membros ausentes	
Entidades	
A.J.U.D.E.	
CISBRA	
DAE Americana	
Diretoria de Ensino de Bragança	
Diretoria de Ensino de Limeira	
Diretoria de Ensino de Mogi Mirim	
Diretoria de Ensino de Piracicaba	
Diretoria de Ensino de Sumaré	
Elo Ambiental	
Instituto Agir Ambiental	
Instituto Estre	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Bragança Paulista	
P.M. de Campinas	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Cosmópolis	
P.M. de Saltinho	
P.M. de Torrinha	
P.M. de Vinhedo	
SAAE Atibaia	

Membros ausentes com justificativa	
P.M. de Itatiba	
SABESP	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruno Aranda
	Felipe Ferreira
	Rebeca Silva

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

	Suzana Darahem
	Tiago Georgette
Consórcio PCJ	Bruna Di Nardi
IPA	Maria Luísa Palmieri
Escolas Climáticas (IPÊ)	Lídia Azevedo Duarte
	Isabela Volpato
IEA/USP	Gersica Moraes
IZ/APTA	João José Demarch
OCA ESALQ/USP	Laura Horrainne Silva Pinheiro
	Camila Lopes Moraes
Sec. Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Limeira	Valdir Soares Pereira
Divisão de Licenciamento Ambiental (DAE Jundiá S/A)	Yasmin Rodrigues da Rocha

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos quinze dias do mês de fevereiro de 2022 realizou-se, por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 110ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 08 de fevereiro de 2022. **2. Abertura:** A abertura foi realizada pela coordenadora da CT-EA, a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), às 9h com quórum qualificado. A Sra. Ana Lúcia deu as boas-vindas aos membros ressaltando a importância da pauta com o terceiro encontro do processo de revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. **3. Aprovação Ata da 109ª Reunião Ordinária, realizada via videoconferência em 07/12/2021:** A Sra. Ana Lúcia informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade

de leitura da minuta, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-EA. **4. III Oficina de Revisão da Política de Educação Ambiental PCJ:** A Sra. Maria Luísa Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) explicou que a CT-EA tem realizado oficinas durante suas reuniões ordinárias, para revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, aprovada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 231/15. A realização das oficinas também tem contado com o apoio do Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA/ESALQ/USP) na facilitação das discussões. Também explicou que para essa oficina seria feita uma fala sobre os programas da Política de Mananciais PCJ, seguida de uma contextualização do processo da oficina e divisão em grupos para discussão dos temas. **i) Apresentação "Os programas da Política de Mananciais dos Comitês PCJ: formas de implementação":** A Sra. Ana Lúcia passou a palavra ao Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), para dar início à apresentação. O Sr. Demarchi explicou sobre o processo de criação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ. Lembrou que primeira versão da Política de Mananciais PCJ foi aprovada em outubro de 2015 pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/15. Naquele momento, os Comitês PCJ possuíam apenas a Política de Educação Ambiental, aprovada meses antes, pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 231/15, sendo política pioneira e que inspirou a estruturação básica da Política de Mananciais. Complementarmente, as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental (CT-EA) e de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) estavam em um processo de integração, o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

que contribuiu para que houvesse uma construção coletiva da Política de Mananciais sob uma proposta inicial de ampliar os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) nas Bacias PCJ, à luz da experiência positiva de Extrema-MG, no Projeto Conservador das Águas. Embora a Política de EA tenha servido como uma primeira inspiração, a Política de Mananciais teve como principal diferencial a criação e detalhamento de programas que orientam o desenvolvimento das ações e preveem a utilização de recursos disponíveis da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para sua viabilização, trazendo maior garantia de uma real implementação. Também foram considerados como princípios, que a política fosse integradora, de modo a envolver todos os atores no processo, e educadora, identificando lideranças locais que agiriam como agentes de mudança na governança local desses espaços, permitindo a perpetuação dos processos, mesmo após encerrarem as intervenções diretas dos projetos. O Sr. Demarchi comentou que teve como percepção que o momento de crise hídrica que permeou os anos de 2014 e 2015, acompanhado da discussão da revisão da outorga do Sistema Cantareira, foram fatores externos que contribuíram para que os Comitês PCJ ampliassem o olhar para novas soluções, considerando não apenas as estruturas cinza de saneamento, mas também a conservação das nascentes que possuíssem relação com o abastecimento urbano. Esse cenário, também contribuiu para que fosse criada uma estrutura dentro da Agência das Bacias PCJ, adaptada para atender as demandas, sendo a Assessoria Ambiental, a área dentro Agência responsável por acompanhar e dar suporte na implementação dessa política. Atualmente, em sua terceira revisão, aprovada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/18, a Política de Mananciais PCJ é composta por Programas classificados como Estruturantes e Estratégicos, para os quais são abertos, periodicamente, editais para seleção de empreendimentos para obtenção de financiamento por meio das Cobranças PCJ, sendo

eles: a) Estruturantes: I. Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse (em que se destaca o contato com os proprietários rurais, a elaboração dos Projetos Integrais de Propriedade (PIP) e a criação das Unidades Gestoras de Projeto (UGPs) para envolvimento dos atores e da liderança local); II. Pagamento por Serviços Ambientais (em que se destaca, além dos aspectos da restauração em si, a criação de políticas públicas de PSA e recursos hídricos no âmbito do município, para perpetuação das ações); b) Estratégicos: III. Apoio a Áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos (em que se destaca as áreas protegidas e a interação entre municípios para gestão de uma sub-bacia) e; IV. Proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado (com uma abordagem parecida com o Programa III, porém com maior enfoque na elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado). O Sr. Demarchi seguiu detalhamento sobre cada um dos programas, destacando que de um programa para outro são ampliadas as dimensões de atuação, envolvendo o “micro” no Programa I, a nível de propriedades rurais, até o “macro” no Programa IV, com a interação entre municípios na gestão de um bioma. Além disso, mencionou que com a nova revisão da Política de Mananciais PCJ, pretende-se criar um Programa V, focado no monitoramento dos resultados da Política, com a criação de indicadores de sustentabilidade. Durante as explicações também apresentou pontos de conexão em que a CT-EA poderia contribuir, principalmente relacionados a aproximação com os produtores rurais, quanto a comunicação, extensão rural e educação. Após as explicações a Sra. Ana Lúcia abriu para manifestações dos membros, em que contribuíram para discussão os Srs. Roberto Polga, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí (CONIRP), Victor Marinheiro, representante da Prefeitura Municipal de Louveira (P.M. de Louveira), Francisco Moschini, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

(CONIRP) e do Instituto de Estudos do Vale do Tietê (INEVAT), Roberto Foresti Jr., representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro (P.M. de Rio Claro) e Ricardo Paterniani, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CATI/SAA), que discutiram sobre os pontos trazidos durante a fala, quanto aos editais da Política de Mananciais PCJ e os empreendimentos selecionados, municípios envolvidos, Pagamento por Serviços Ambientais, o novo Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SICAR), dentre outros pontos, sendo todos esclarecidos pelo Sr. Demarchi. A Sra. Ana Lúcia agradeceu pela fala e participação do Sr. Demarchi na reunião e explicou que as próximas falas seriam para orientação das discussões em grupo; **ii) Contextualização do processo da oficina:** Dando sequência à oficina, a Sra. Maria Luísa Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), explicou que no âmbito da versão mais recente da Política de Mananciais PCJ, serão levados em consideração na divisão dos participantes e discussão nas salas temáticas, os Programas Estruturantes e Estratégicos. Explicou que cada programa dessa política possui uma definição que explica do que ele trata, além de algum mecanismo que direciona o que deve ser feito, como por exemplo o Banco de Áreas e o Banco de Projetos para Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais, criados com a finalidade de garantir o fluxo de execução de projetos dentro de uma ordem de prioridades, no âmbito do Programa I que trata de Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse. Tendo isso em mente, a proposta para essa terceira oficina de revisão da Política de Educação Ambiental é que se pense em Programas a partir das ações que estão previstas como prioritárias e urgentes no Plano de Bacias PCJ, contidas no Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias; **iii) Orientação para o**

trabalho em grupos: Na sequência, a Sra. Laís Ferraz de Camargo, representante da Prefeitura Municipal de Piracicaba (P.M. de Piracicaba), prosseguiu com as orientações para a participação nas salas temáticas. Explicou que os participantes da reunião seriam distribuídos em 7 (sete) grupos e que cada grupo teria um mediador específico, podendo o grupo escolher entre seus pares um relator para apoiar na sistematização das ideias e discussões, lançando-as na ferramenta do *Google Jamboard*, discutindo sob a ótica da proposta sugerida pela Sra. Maria Luísa, de criação de programas e meios de implementação a partir de uma ação prioritária do Plano de Bacias PCJ. Após as explicações sobre a proposta da oficina, a palavra foi passada para a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio da Secretaria Executiva às Câmaras Técnicas, que fez uma breve apresentação sobre o procedimento para participação nas salas temáticas da plataforma, durante os próximos 30 (trinta) minutos. Encerradas as discussões dentro das salas temáticas, os participantes retornaram para o plenário da CT, onde a Sra. Maria Luísa fez uma síntese do que foi discutido em cada grupo, a partir da sistematização feita pelos relatores na plataforma do *Google Jamboard* <<https://bit.ly/372tmud>>. A Sra. Maria Luísa agradeceu a participação de todos e informou que essas informações serão trabalhadas e discutidas entre coordenação da CT-EA, com o apoio da OCA/ESALQ/USP, para que subsidie os próximos passos. A Sra. Ana Lúcia agradeceu à Sra. Maria Luísa pela síntese dos grupos e demais mediadores pelo apoio nas salas temáticas e informou que há um evento previsto no Plano de Trabalho da CT-EA (2022-2023), com realização em agosto/22, que tratará sobre a Revisão da Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ. **5. Criação do Grupo de Trabalho "Política de Educação Ambiental":** Devido ao avançado da hora, a Sra. Ana Lúcia explicou que a criação do Grupo de Trabalho será retomada em uma reunião futura. Complementarmente, contextualizou aos membros

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

que o Plano das Bacias PCJ em seu Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, prevê demandas que são prioritárias para realização, o que contribuiu para que se movimentasse a revisão da Política de Educação Ambiental. E nesse contexto, existe a proposta de criação de um Grupo de Trabalho da Política de Educação Ambiental (GT-Política EA), de caráter transitório, que acompanharia esse processo de revisão, dialogando com as ações do Plano de Bacias. A Sra. Ana Lúcia também lembrou aos membros que a participação na composição dos GTs pode acontecer a qualquer momento, porém em sua criação é necessária uma composição mínima, o que não compromete a participação de representantes que queiram pontualmente participar como ouvintes em reuniões futuras do GT, ao longo de sua atuação. A Sra. Maria Luísa Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), sugeriu, tendo em vista que o GT ainda não será criado, que os representantes interessados em participar das discussões feitas pelo grupo que tem organizado e mediado as oficinas (membros da CT-EA, OCA/ESALQ/USP e demais parceiros), se manifestassem pelo chat, sendo a proposta aprovada por todos. **6. Apresentação "Projeto Escolas Climáticas do Cantareira" (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas):** Dando sequência, a Sra. Ana Lúcia agradeceu a presença dos representantes e convidados do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, que apresentaram sobre o Projeto Escolas Climáticas do Cantareira. Primeiramente, a Sra. Andrea Pupo, representante do IPÊ, bióloga e pedagoga, coordenadora de projetos de Educação Ambiental em Nazaré Paulista/SP e outros municípios na área de abrangência do Sistema Cantareira, agradeceu ao convite e apresentou outras duas convidadas que atuam no Projeto Escolas Climáticas, sendo a educadora ambiental Lídia Azevedo Duarte e a estagiária e graduanda em Engenharia Florestal, Isabela Volpato. Na

sequência, a Sra. Andrea fez uma primeira contextualização sobre o IPÊ, que é uma Organização da Sociedade Civil brasileira, fundada em 1992, atuando principalmente em i) Pesquisa (espécies ameaçadas de extinção, Serviços Ecosistêmicos); ii) Ações em projetos (Restauração florestal, Educação ambiental, Planejamento da paisagem, Negócios sustentáveis com comunidades) e; iii) Capacitação e formação de profissionais para a conservação e sustentabilidade (mestrado profissional, especialização em negócios sustentáveis e cursos livres). Também falou sobre a Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS) que oferece cursos de Pós-Graduação nas modalidades *Strictu Sensu* e *Lato Sensu*, além de cursos livres nas temáticas de conservação e sustentabilidade. Seguiu falando sobre demais aspectos institucionais do IPÊ, locais de atuação, modelo de ação, parcerias e um pouco sobre seus principais projetos. Na sequência, foi passada a palavra para a Sra. Lídia que explicou que a iniciativa “Escolas Climáticas” é um braço da educação formal dentro do “Projeto Semeando Água”, atuando principalmente dentro das escolas. A Sra. Lídia fez uma breve contextualização sobre o projeto e explicou que além da atuação de mais de 10 (dez) anos no território, em educação ambiental, o IPÊ tem parceria com as secretarias municipais de educação e a Diretoria de Ensino Regional de Bragança Paulista e Sumaré, na qual foram citadas algumas experiências com escolas públicas em Nazaré Paulista/SP. Explicou que o Projeto tem como objetivo subsidiar com apoio técnico e financeiro a adoção de até 5 (cinco) medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em 5 (cinco) escolas estaduais de Nazaré Paulista/SP e 1 (uma) escola em Paulínia/SP. Para cada escola será formado um coletivo a ser constituído e capacitado em oficinas. Esse grupo irá tomar decisões relacionadas sobre o que a escola pode e quer realizar. As medidas de mitigação passam pelas fases de planejamento, realização e monitoramento,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

e ao fim o processo as escolas serão certificadas como “Escolas Climáticas do Cantareira”. Também são treinados colaboradores e voluntários de empresas que atuarão junto aos coletivos, em que se busca o envolvimento de colaboradores de empresas locais e de regiões beneficiárias dos serviços ecossistêmicos do Sistema Cantareira. Também são feitos boletins e publicações periodicamente como forma de divulgar conteúdos que incentivem a realização de ações de sustentabilidade. A Sra. Isabela Volpato, seguiu detalhando sobre as experiências dentro do projeto, a participação de outros interessados e temas propostos para trabalhar com os alunos em disciplinas eletivas. A Sra. Ana Lúcia agradeceu novamente pela apresentação, destacando a relevância do Projeto e da atuação do instituto no território, incentivando aos membros para acessar o site do IPÊ para obtenção de mais informações sobre esse e outros projetos desenvolvidos. **7. Contribuições da CT-EA para pesquisa nas Bacias PCJ:** A Sra. Ana Lúcia passou a palavra para a Sra. Andrea Borges, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) para apresentar sobre seu projeto de pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), orientado pelo Prof. Tadeu Malheiros (EESC/USP), que versa sobre a elaboração de guias educacionais na temática água. Explicou que a proposta dos guias é, além de apresentar um conteúdo técnico e conceitual, compilar também, atividades e produtos que tenham aplicação nas escolas, reunindo essas propostas desenvolvidas por entidades e que muitas vezes se encontram dispersas, sendo o grande desafio do guia, reunir e disponibilizar tudo isso ao professor, para auxiliá-lo nessa busca de atividades com o tema água. A Sra. Andrea explicou que existe a proposta de elaboração de 3 (três) guias com as seguintes temáticas: 1) Água e Sustentabilidade para a Educação Básica; 2) Água na Educação não

formal e; 3) Gestão de recursos hídricos para educação ambiental, e comentou que seu projeto de pesquisa trata do guia com o tema 3. Também apresentou dados de uma pesquisa realizada com discentes do PROFCIAMB com questões sobre o tema água no espaço educativo de atuação, as dificuldades em realizar atividades interdisciplinares na temática água e a importância atribuída a fim de auxiliar na implementação de atividades sobre a temática água no contexto educacional de atuação. A Sra. Andréa comentou que também foi compartilhado com os membros da CT-EA um formulário de pesquisa, no entanto, os dados ainda estão em processo de tabulação e análise e agradeceu aos que contribuíram com as respostas. Seguiu apresentando sobre a estrutura básica do guia que está dividido em 3 partes sendo “Introdução”, “Atividades” e “Itinerários formativos”, apresentando como exemplo o Guia 1 no detalhamento da apresentação das atividades e do conteúdo complementar. Dando continuidade, a Sra. Gérsica Moraes Nogueira da Silva, pesquisadora de pós-doutorado no Programa “USP Cidades Globais” do Instituto de Estudos Avançados, polo de São Carlos/SP da Universidade de São Paulo (IEA/USP), seguiu apresentando sobre a proposta de estrutura de disciplinas eletivas, que complementam o conteúdo do guia, a serem trabalhadas nas escolas, podendo ser adaptadas à realidade local. A Sra. Gérsica também explicou que existe o interesse de elaboração de disciplinas eletivas voltadas para as Bacias PCJ e convidou aos membros que atuem na educação formal e não formal para contribuir com ideias para complementação do guia. Existe a previsão de finalização até julho/22 e lançamento e disponibilização em outubro pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Por fim, convidaram os membros que tenham interesse em contribuir na construção desse processo, para participarem de uma Oficina a ser realizada em 31/03/22 às 9h, com inscrição pelo *Google Forms* <<https://bit.ly/3uoUTiw>>. Também convidaram os

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

presentes para contribuir com a Nuvem de Palavras pela ferramenta “*Menti*”, disponível no *link*: <<https://www.menti.com/qoy7xdd1o8>>, com o objetivo de levantar a visão da CT-EA dos Comitês PCJ, sobre quais temas prioritários devem ser trabalhados na educação básica, sobre a temática água, sendo possível indicar até 2 (dois) temas. A Sra. Ana Lúcia agradeceu as Sras. Andréa e Gércica pela apresentação e salientou a importância da participação ativa dos membros no apoio de ações como essa, seja na participação de uma oficina ou preenchimento de formulário, como forma de fortalecer as iniciativas em Educação Ambiental. **8. Aprovação de novos membros:** Na sequência, a Sra. Ana Lúcia informou sobre o recebimento de ofício pela Secretaria Executiva, em 10/01/22, solicitando a inclusão do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) na CT-EA, tendo como seus representantes os Srs. Maria Luísa Bonazzi Palmieri, como Titular e Marcelo Gomes Sodré, como Suplente. Como trata-se de um pedido de inclusão de nova entidade, a Sra. Ana Lúcia informou da necessidade de aprovação pelo plenário da CT-EA, sendo aprovada a inclusão por unanimidade. **Informes:** Na sequência, a Sra. Ana Lúcia passou para os informes. **7.1. da Coordenação:** **a)** A Sra. Ana Lúcia apresentou os representantes que manifestaram interesse no *chat*, durante a reunião, para participação das discussões sobre a revisão da Política de Educação Ambiental sendo até o momento, a Sra. Alynne Danielle Pereira Nececkaite Sant’Anna e o Sr. Paulo José Mancuso, ambos representantes da Prefeitura Municipal de Hortolândia; a Sra. Andrea Borges, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ); a Sra. Deborah Camargo Carreira representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAB); a Sra. Beatriz Arruda Rolfsen, representante da Prefeitura Municipal de Piracaba e a Sra. Adriana Sacoto, representante da Agência Paulista de Tecnologia

dos Agronegócios – Regional (APTA/SAA); **b)** Informou aos membros que após o prazo estabelecido de 31/01/22 para manifestações de interessados em realizar o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos, pela Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), financiado pelos Comitês PCJ, será indicada a Sra. Ana Paula Saraiva Nicésio, representante da Saneamento Básico Vinhedo (SANEBAVI). Não foi necessário a aplicação de critérios de desempate, pois essa foi a única manifestação de interesse no âmbito da CT-EA. As demais orientações para realização do curso serão dadas diretamente pela Secretaria Executiva; **c)** Quanto a Indicação dos Comitês PCJ para participação na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (CIEA), a Sra. Andréa Borges, representante do Consórcio PCJ, informou que o edital que define critérios para indicação ainda não está disponível e que haverá uma reunião ainda no mês de fevereiro, em que será possível obter atualizações a respeito do assunto. Foram recebidas manifestações de interesse por parte dos representantes da CT-EA, para participar como indicado desse colegiado, aguardando apenas as atualizações do edital; **d)** A Sra. Ana Lúcia explicou que durante o formato virtual das reuniões da CT-EA, tem sido desenvolvida a iniciativa de “Município Anfitrião”, para que sejam compartilhadas ações realizadas pelos membros no território das Bacias PCJ. Embora não tenha sido colocado na pauta devido a quantidade de itens, a apresentação do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, sobre sua atuação em municípios do território, veio de encontro com a proposta. Os demais membros que tenham interesse, podem enviar as manifestações para o *e-mail* da CT-EA <ctea@comites.baciaspcj.org.br>; **7.2. dos membros:** **a)** A Sra. Maria Luísa Palmieri, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), convidou a todos para acompanhar no dia 14/03/22 (segunda-feira) às 9h, por

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-EA – 15/02/2022- 09:00 horas
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

videoconferência, a apresentação sobre o tema “Análises de Pesquisas sobre Práticas de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”, organizada pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos (CTEA) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH). Serão apresentados os resultados do trabalho de conclusão de curso da Sra. Natália S. Daneluzzi, orientada pela Sra. Maria Luísa no curso de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos da FUMEP. A Sra. Ana Lúcia, convidou para apresentação desse tema durante a reunião ordinária da CT-EA prevista para abril; **b)** A Sra. Andrea Pupo, representante do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, informou que o Projeto Semeando Água e o IPÊ realizarão uma *live* no dia 22/02/22 (terça-feira) às 19h, sobre Educação Climática, trazendo convidados com atuação na área para discussão do tema; **c)** A Sra. Andrea Borges, representante do Consórcio PCJ, informou que em 17/03/22 (quinta-feira) será realizado o lançamento do Projeto Gota d’Água 2022 com o tema “Mudanças Climáticas – O clima muda e nossas vidas também”. O projeto tem como objetivo intensificar as ações de educação ambiental voltadas à gestão da água, envolvendo o público formal (escolas) e o não-formal (comunidade). Dúvidas e comentários podem ser enviados para o *e-mail* <ambiental@agua.org.br>. **7.3. da Secretaria Executiva:** **a)** Capacitação dos representantes nos Comitês PCJ: A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da SE/PCJ, informou que os Comitês PCJ têm incentivado a realização de cursos e o envio do certificado para a Secretaria Executiva, podendo ser realizado os cursos disponíveis em plataformas gratuitas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo *link* <<https://capacitacao.ead.unesp.br/>>, aos que tiverem interesse. Explicou que também há a possibilidade de realizar os cursos em outras instituições, reforçando que os representantes que concluírem os

cursos com temas relacionados a meio ambiente e recursos hídricos, realizados a partir de 2022, encaminhem os certificados para o e-mail da SE/PCJ <se.pcj@comites.baciaspcj.org.br>, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação dos membros para obtenção de recursos do Programa PROCOMITÊS; **b)** Próximas reuniões dos Comitês PCJ (CT-PL e Plenária - participação não obrigatória): convidou os membros para conhecer e acompanhar as próximas reuniões, sendo a 84ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), a ser realizada em 04/03/22, às 9h e a 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, a ser realizada em 31/03/22 às 9h. Informou que as reuniões serão transmitidas ao vivo via plataforma do *Youtube* e *Facebook* e que a participação não é obrigatória para quem não for membro dos Plenários dos Comitês PCJ. Os *links* das transmissões poderão ser obtidos em breve na seção de Agenda do *site* dos Comitês PCJ; **c)** Atualização de representantes: informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de retirada da entidade “Instituto Florestal” (IF), sendo feita a remoção das representantes Maria Luísa Bonazzi Palmieri e Rosa Maria Galera Gonçalves. **8. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, coordenadora da CT-EA, agradeceu a participação e presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
Coordenadora da CT-EA

Francisco Antonio Moschini
Coordenador-adjunto da CT-EA